

## A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ZONA URBANA DE SÃO BORJA (RS) E O RISCO À FOME OCULTA

**Edwiges Pereira Campos**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8060-823X>

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Santa Maria/RS - Brasil  
[edwiges.campos@acad.ufsm.br](mailto:edwiges.campos@acad.ufsm.br)

**Cleder Fontana**

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3755-6681>

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Santa Maria/RS - Brasil  
[cleder.fontana@ufsm.br](mailto:cleder.fontana@ufsm.br)

**Recebido em: 26/04/2026**

**Aceito em: 04/05/2026**

**Resumo:** Essa pesquisa analisa como a segregação socioespacial na área urbana de São Borja (RS) contribui para a fome oculta e os problemas de saúde a ela associados. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, o estudo compreende a alimentação como construção socio-histórica e política, situando a má alimentação no contexto do regime alimentar corporativo. A metodologia combinou abordagens qualitativas (revisão bibliográfica sobre fome, ambientes alimentares e justiça alimentar) e quantitativas (análise de dados secundários do IBGE e da Receita Federal). Os dados foram processados no R (estabelecimentos comerciais) e no *Google Sheets* (indicadores demográficos), com espacialização no QGIS. Os resultados revelam distribuição desigual: supermercados com variedade de alimentos *in natura* se concentram no Centro, enquanto bairros periféricos, com menor renda, dependem de minimercados e de alimentos ultraprocessados. Conclui-se que a segregação restringe os acessos físico e econômico à alimentação adequada, perpetuando a fome oculta. Defende-se a urgência de políticas públicas baseadas na justiça e na soberania alimentar.

**Palavras-chave:** Fome oculta; Segregação socioespacial; Alimentos ultraprocessados; Ambientes alimentares; São Borja (RS).

## SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN THE URBAN AREA OF SÃO BORJA (RS) AND THE RISK OF HIDDEN HUNGER:

**Abstract:** This study analyzes how socio-spatial segregation in the urban area of São Borja (RS) contributes to hidden hunger and the associated health problems. From an interdisciplinary perspective, the study views food as a socio-historical and political construct, situating poor nutrition within the context of the corporate food system. The methodology combined both qualitative (literature review on hunger, food environments, and food justice) and quantitative approaches (analysis of secondary data from the IBGE and Receita Federal). The data were processed in R (commercial establishments) and Google Sheets (demographic indicators), with spatialization in QGIS. The results reveal an unequal distribution: supermarkets with a variety of fresh foods are concentrated in the city center, while lower-income neighborhoods on the outskirts depend on convenience stores and ultra-processed foods. It is concluded that segregation restricts physical and economic accesses to adequate food, perpetuating hidden hunger. The urgency of public policies based on food justice and food sovereignty is advocated.

**Keywords:** Hidden hunger; Socio-spatial segregation; Ultra-processed foods; Food environments; São Borja (RS).

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade se relaciona intrinsecamente com a alimentação. Não somente do ponto de vista biológico, da nutrição, mas também pelo viés humano e social, dado que os momentos de se alimentar dizem respeito também à subjetividade e à socialização. Por ser um sentimento, um ato de troca e de construção de memória, ele carrega significados. Assim, nos permite compreender diferentes objetos no tempo e no espaço.

A caminho de São Borja, é possível observar como os campos nativos transformaram-se em soja, arroz ou milho; os cursos d'água foram desviados para atender às necessidades das plantações; os arvoredos, antes abrigo para os animais, foram derrubados por tratores para ampliar as áreas de plantio. Entre o período das missões jesuítas e a consolidação da pecuária, até o início do século XX, havia uma diversidade produtiva, tanto de espécies vegetais quanto de animais, conforme evidenciam os autores (Santos, 2021; Fontella, 2016; Bezzi, 1986; Osório, 2006). Pode-se considerar que a reordenação do território consolidou uma nova fase do colonialismo por meio da dependência e superexploração econômica (Moreira, 2022).

Os alimentos, por sua vez, são os objetos gerados para a concretização do ato de alimentar-se. São, portanto, tanto substâncias quanto valores sociais construídos ao longo das relações entre a natureza e a humanidade. Por isso, mostram-se como objetos de estudo interessantes aos diversos campos científicos, como a Nutrição e a Geografia.

Nesse sentido, dada a concretização e manutenção do sistema capitalista, a alimentação e os alimentos, ao se tornarem mercadorias, implicam na construção e na concretização da vida natural e social, por meio da garantia (ou não) das condições políticas, espaciais e econômicas para alimentar-se.

Considera-se que a organização do território em torno do sistema alimentar globalizado reflete tanto na produção de alimentos, quanto na construção do acesso desigual à terra, renda e alimentos saudáveis. A ordenação do urbano para atender

às necessidades do agronegócio e da especialização produtiva, conforme Denise Elias (2021), está intimamente ligada à produção e disseminação de alimentos ultraprocessados, enquanto alimentos-mercadorias.

A falta de alimentos ou o suprimento de modo que não atenda às quantidades, às qualidades e/ou às preferências estão associados a dinâmicas complexas. Segundo Castro (1984) e Ramalho (2014), a fome pode se manifestar de forma epidêmica (visível) ou endêmica (oculta).

Contemporaneamente, a má alimentação, por meio do consumo de ultraprocessados, ao causar a fome oculta, conforme pesquisa (Nilson, 2023), é responsável por cerca de 57 mil mortes prematuras a cada ano, correspondendo a 10,5% de todas as mortes precoces de adultos entre 30 e 69 anos no Brasil. A má alimentação e, conseqüentemente, a fome oculta (Ramalho, 2014), que se espalharam pelas prateleiras e *smartphones* cada vez mais acessíveis, são incentivadas por propagandas.

No Brasil, o consumo destes produtos alimentícios teve um aumento significativo. A partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, NUPENS (2021) revela que 19,7% das energias consumidas pela população brasileira são provenientes de alimentos ultraprocessados, sendo mais prevalente entre pessoas do sexo feminino e nas regiões Sul e Sudeste do país. No estado do Rio Grande do Sul, esse percentual é de 24,6%.

Dessa maneira, para analisar e pensar sobre a alimentação e a fome, diversos são os caminhos que se podem percorrer, assim como são possíveis diferentes caminhos para atuar no controle dos danos causados pela má alimentação. Aqui, apoia-se em uma leitura interdisciplinar e, por meio de métodos qualitativos e quantitativos, a partir das noções de que os hábitos alimentares não são construções individuais, de que a má alimentação das populações é uma construção sócio-histórica e a manutenção de ambientes alimentares não saudáveis somente revelam as garras do neoliberalismo sobre o território, onde a vida acontece.

Nesse sentido, analisa-se de que maneira a segregação socioespacial contribui para a fome oculta da população são-borjense. Para isso, faz-se uma leitura sobre a fome e a alimentação saudável; posteriormente, discutem-se os ambientes alimentares e os espaços sociais alimentares e, por fim, são apresentados os dados demográficos

do município e a distribuição dos estabelecimentos de comércio de produtos alimentícios. Encerra-se com alguns elementos relacionados à construção da justiça e da soberania alimentar, visto que comer é um ato político ligado diretamente ao direito a terra e a capacidade dos povos de determinar sua interação e relação com o meio.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo adotou uma abordagem interdisciplinar para analisar a correlação entre a segregação socioespacial e a fome oculta no território urbano de São Borja. O caminho metodológico percorreu três escalas de análise: a teórica, a cartográfica e a estatística. Na escala teórica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentar os conceitos de fome (Castro, 1984; Ribeiro Júnior, 2008; Fontana, 2014) ambientes alimentares (Araújo, 2023; Carús, 2023) e soberania alimentar (Dias *et. al.*, 2021;). Foram analisadas a distribuição espacial dos estabelecimentos com predominância de produtos alimentícios, como supermercados, mini mercados e padarias, permitindo uma análise inicial da formação de possíveis desertos e pântanos alimentares.

Na escala cartográfica, utilizou-se o software QGIS para georreferenciar e mapear a distribuição da população (a partir de dados do IBGE) e a localização dos estabelecimentos comerciais de alimentos (com base no CNAE da Receita Federal), permitindo visualizar os acessos físicos aos alimentos da cesta básica no território. Por fim, na escala estatística, os dados demográficos e socioeconômicos foram tratados e analisados com os *softwares R e Excel*, cruzando variáveis de renda, densidade domiciliar e acesso a comércios para identificar padrões de vulnerabilidade alimentar.

## **QUEM INVENTOU A FOME SÃO OS QUE COMEM.**

A fome, antes vista como um problema de ordem natural e moral, a partir da década de 1940, adquiriu novas interpretações a partir da obra de Josué de Castro, o qual atribuiu às dimensões sociais, históricas e políticas as causas da fome, sendo então

compreendida enquanto fato social total, já que quem conduz os seres humanos à fome são os elementos sociais, políticos e econômicos.

Ao demonstrar as diferentes expressões da fome *epidêmica*, aquela que é conjuntural e atinge inúmeras pessoas, com potencial de levar à inanição, e da *fome endêmica* ou oculta, que é quando uma pessoa, mesmo se alimentando, não consegue atingir as necessidades em quantidade e qualidade de nutrientes. Partiremos para a análise desta última, por possibilitar analisarmos os resultados da construção sócio-histórica da má alimentação e seus reflexos na saúde. Sobre isso, Ribeiro Júnior (2008, p. 41), considera que

O conceito de fome endêmica revela mais do que a temporalidade do fenômeno: ele revela a simultaneidade entre a fome e a abundância, que torna o fenômeno ainda mais dramático. Ao identificar a fome endêmica, não é mais possível responsabilizar a natureza ou fenômenos esporádicos pela fome. É preciso explicar porque ela ocorre mesmo quando há alimentos suficientes para toda população se alimentar, porque a sociedade não é capaz de alimentar todos seus membros.

A realidade da fome, se faz presente, se não no dia a dia, na memória dos trabalhadores na América Latina e, em especial, no Brasil, que, mesmo diante do desenvolvimento de tecnologias, ou de conhecimentos que nos mostram a importância de uma alimentação de qualidade para o desenvolvimento das capacidades humanas. Assim, a fome e a alimentação saudável são antagônicas; mas, longe de buscar receitas e dietas saudáveis individuais, é preciso entender essa construção social para analisar os caminhos possíveis de superação.

Azevedo (2014) realizou uma análise histórica em torno da construção do conceito de alimentação saudável por meio do campo da nutrição, pelo viés da saúde pública. Demonstrando as relações entre práticas e técnicas tradicionais, que foram modificadas a partir da racionalidade moderna, para a consolidação dos impérios coloniais que posteriormente desenvolveram padrões alimentares globais e homogêneos, indo ao encontro dos regimes alimentares (McMichael, 2016).

Em torno da alimentação saudável, posteriormente, incorporaram-se a compreensão dos nutrientes, a partir dos estudos da Bioquímica. Assim, os menus se ajustaram ao perfil da modernidade, baseados em princípios científicos e elementos de cálculo e mensuração que envolveram critérios como redução do tempo e esforço, baixo custo e prazer. Transformando sentidos e saberes tradicionais e importando um

perfil agroalimentar em torno dos processos agrícolas, tecno-científicos e da indústria de alimentos, a serviço da lógica capitalista, por meio da dependência e superexploração.

Como resultante desse processo, a transformação das zonas rurais/nativas em espaços de especulação e de monoculturas é reflexo dos interesses das grandes corporações, representadas pelas indústrias de alimentos em escala global, definidos por McMichael (2016) como regime alimentar corporativo. Por sua vez, a urbanização é resultado dessa transformação que, baseada em ideal de desenvolvimento econômico, impõe um padrão de vida ao qual corresponde uma forma de se alimentar.

A dupla carga de má nutrição, caracterizada pela coexistência de subnutrição e obesidade, do mesmo modo, está associada às densidades normativas nas formações socioespaciais por meio da transição nutricional e da mudança no comportamento alimentar (Ramalho, 2014), que vem se tornando cada vez menos saudável. Consequentemente, atuam na saúde da população, como evidenciam os estudos sobre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Ramalho, 2014; NUPENS, 2021) estarem relacionadas ao consumo destes produtos. Assim, as novas dinâmicas em torno da alimentação refletem em uma nova forma-conteúdo da fome no atual período.

As modificações no estilo de vida e a adoção de dietas ricas em alimentos ultraprocessados são um indicador importante na qualidade da dieta, ao corroborar com a prevalência da desnutrição (Ramalho, 2014). Consequentemente, hoje a fome oculta relaciona-se principalmente aos déficits de micronutrientes, que se dão pelo baixo consumo de alimentos *in natura*, especialmente frutas, legumes e verduras, e o alto consumo de alimentos ricos em sais, açúcares, gorduras e aditivos químicos, relacionados a riscos à saúde física, como a diabetes, mas também mental, como a depressão, além da degradação ambiental (NUPENS, 2021).

## **O ACESSO ALIMENTAR**

Uma das relações mais comuns em se fazer entre a garantia ou não da alimentação é a da falta de recursos financeiros; outra é a da disponibilidade e da oferta de

produtos alimentícios. Esse segundo caso pode ser compreendido pelo conceito de ambientes alimentares, que define os pontos onde os consumidores acessam os alimentos, a partir da soma das dinâmicas físicas, econômicas, socioculturais e políticas. Diante disso, os ambientes alimentares são responsáveis por moldar as “escolhas” dos grupos humanos numa sociedade, ao afetar suas ações e decisões sobre a alimentação. Esse conceito foi criado nos Estados Unidos, na década de 1990, e as pesquisas se deram em torno das preocupações com as doenças crônicas não transmissíveis, especialmente a obesidade (Carús, 2023; Araújo, 2023).

Tratando sobre os ambientes *comunitários*, estes podem ser associados à distribuição, localização e proximidade dos estabelecimentos que comercializam os alimentos. As definições mais utilizadas nos EUA e incorporadas às pesquisas no Brasil (Caisan, 2018; Araújo, 2023) definem como desertos as áreas com menor ocorrência de estabelecimentos com disponibilidade de alimentos *in natura*. Já os pântanos estão intimamente associados ao maior acesso de alimentos industrializados e ultraprocessados e aos *fast-foods*. E, na outra ponta, temos os oásis, que representam um acesso adequado em qualidade e variedade a alimentos *in natura*. Outro conceito é o de ambientes do *consumidor*, que são a associação entre o estabelecimento e as variáveis como: preço, promoção, publicidade, disponibilidade dos alimentos, variedade, qualidade, organização do espaço físico, informações nutricionais, apresentação do produto, entre outros.

Contudo, ao partirmos da realidade brasileira, o conceito precisa ser incorporado às pesquisas a partir das noções referentes às influências das estruturas sociais no comportamento do indivíduo.

A produção internacional, na qual os estudos brasileiros se inspiram, centra-se na discussão da mudança de comportamento e de estilos de vida, sem pensar o ambiente alimentar como uma questão social mais ampla, em que está inserido no sistema alimentar e inclui a agroecologia, a agricultura familiar e o enfrentamento do agronegócio (Carús, 2023, p. 60).

Considerando que o passado colonial construiu a fome e o neoliberalismo deu a ela novas características, estas últimas necessitam ser analisadas a partir das dinâmicas no tempo e no espaço. Contudo, muito diferente de negar a fome mais

visível, queremos chamar a atenção para a construção da fome oculta, para torná-la cada vez mais visível e assim combatê-la.

É nesse sentido que o conceito de alimento-mercadoria de Denise Elias (2021) é central ao considerar que há um conjunto de negócios extremamente lucrativos, que têm à frente poderosíssimas corporações transnacionais que se envolvem com as atividades do agronegócio, modelo produtivo vigente que enxerga o alimento “não como um direito de todos, mas como mercadoria, ou seja, bem econômico cujo propósito maior é auferir lucro” (Elias, 2021, p. 5).

Assim, a capacidade de comprar e consumir alimentos saudáveis e adequados não se restringe à construção individual dos hábitos alimentares, ou exclusivamente a ter dinheiro. É resultado da complexa relação entre os interesses político-econômicos dos atores e setores relacionados à alimentação, como a gestão pública e as empresas privadas. E atuam diretamente na alimentação adequada e saudável a todos.

Nesse sentido, a organização do espaço são-borjense operou diferentes sistemas alimentares consoante os períodos históricos-políticos. A consolidação dos latifúndios durante o século XVI fez com que essas terras fossem ocupadas para a criação de gado até a metade do século XX, característica que foi perdendo seu espaço físico e econômico para dar lugar às lavouras, primeiramente do arroz e, mais recentemente, da soja.

Como consequência da implementação do Terceiro Regime Alimentar, a partir da mecanização da produção e da busca incessante por espaço, por meio de estratégias, as forças econômicas foram apropriando-se das terras e tornando as áreas rurais cada vez mais especializadas em monoculturas e com menos gente vivendo e trabalhando.

Atualmente, 89% da população de São Borja reside no perímetro urbano, maior que as médias brasileira (87,4%) e mundial (55%). Ao relacionarmos a alimentação com a urbanização, temos: a falta de espaço para produzir e consumir e do tempo para cultivar, preparar e comer. A introdução e promoção dos alimentos de rápido preparo e consumo ligam-se diretamente à lógica capitalista de produção de baixo custo por meio da adoção de políticas neoliberais.

Partindo da compreensão e das evidências de que os alimentos ultraprocessados, produtos do Regime Alimentar Corporativo (McMichael, 2016), oferecem risco à diversidade cultural, ambiental e à justiça e soberania alimentar, cabe compreender como esses “insumos biopolíticos” (McMichael, 2016) são utilizados para suprir mão de obra e aumentar lucros e se manifestam nos territórios.

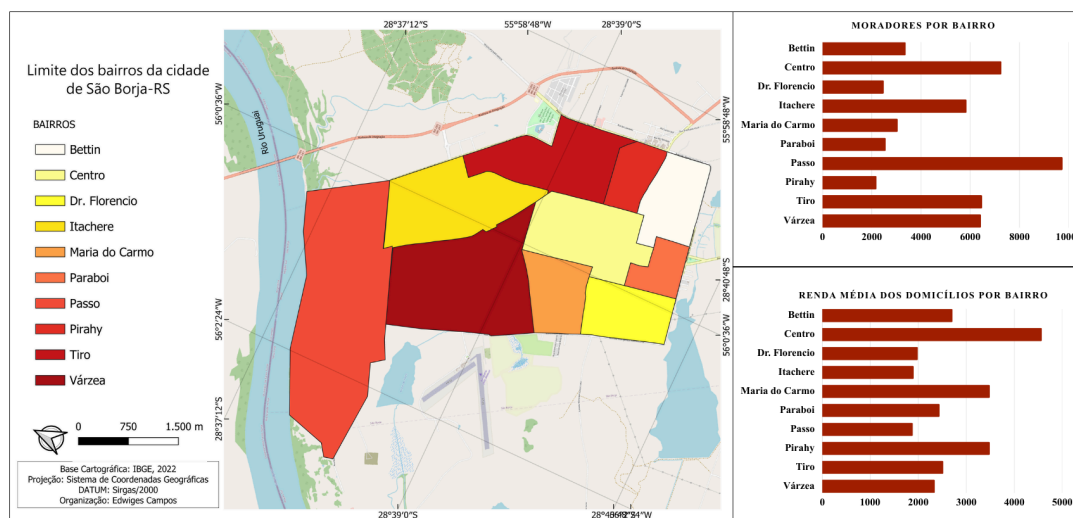
## **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ACESSO ALIMENTAR EM SÃO BORJA (RS)**

Localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, o município de São Borja (1887) possui uma das maiores áreas territoriais do estado, com 3.616,67 km<sup>2</sup>, sendo 18,78 km<sup>2</sup> de área urbana. A população em 2022 (IBGE, 2025) é de 59.678 habitantes, dos quais, em área urbana, residiam 53.657 pessoas e, na área rural, 6.019 pessoas. A densidade demográfica do município é de 16,5 hab/km<sup>2</sup>, mas a da área urbana é de 2.857,7 hab/km<sup>2</sup>. Assim, conforme classificação do IBGE, caracteriza-se como uma cidade de pequeno porte (< de 100 mil habitantes). No que se refere à economia, o município teve de Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor ao PIB Municipal 843 mil reais do setor de serviços e do setor da agropecuária foram 406 mil reais adicionados ao PIB municipal (IBGE, 2022).

Partindo da contextualização geral do município, faremos a apresentação e análise do perfil socioeconômico e demográfico da população são-borjense. A Figura 1 sintetiza informações sobre a distribuição da população por bairros e a renda média por domicílio.

Diante do exposto, podemos analisar que o bairro do Passo, com 9.755 moradores, é o mais populoso, seguido do bairro Centro, com 7.273 pessoas. Os bairros com menos moradores são Pirahy, Paraboi e Dr. Florêncio, que possui em média de 2.500 moradores. Já no que se refere à renda dos domicílios nos bairros, os com menores rendas são o Passo, Itachere e Dr. Florêncio, menos de 2 mil reais mensais, e os bairros com maiores rendas são Centro e Maria do Carmo, com rendimento médio de 4.575,00 e 3.491,00 reais, respectivamente.

**Figura 1** - Perfil demográfico dos bairros da cidade de São Borja, RS (IBGE, 2022)



Fonte: IBGE (2022)

Organização: Edwiges Campos (2026)

Somado a isso, a relação entre o número de moradores e a renda do domicílio são elementos importantes. Os dados do Censo (2022) revelam uma média de 2,6 moradores por domicílio, enquanto os bairros do Passo, Itachere e Tiro apresentam mais de 3 moradores na maioria dos domicílios. O Centro se caracteriza pela presença de até 3 moradores por domicílio, assim como a Pirahy.

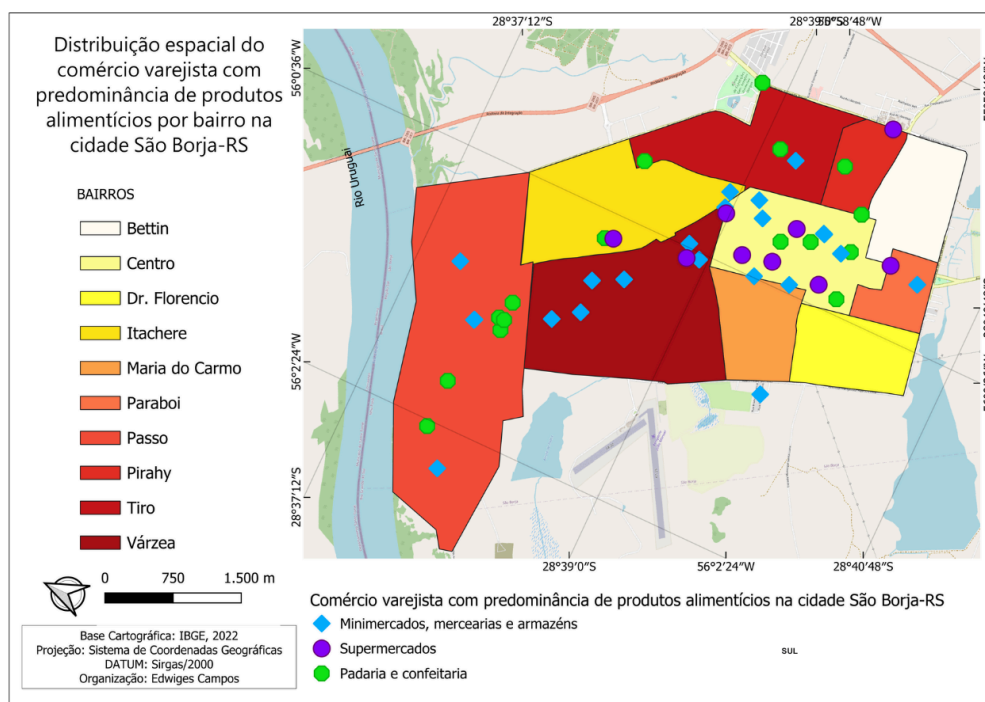
Por fim, outro dado relevante a ser analisado é o perfil do CadÚnico no município. Conforme dados, no mês de abril de 2026, havia 22.099 pessoas cadastradas, assim cerca de 37% da população do município em vulnerabilidade social. Aliado a isso, dos cadastros com informação de sexo, 12.517 pessoas são do sexo feminino e 9.417, do sexo masculino. Em relação à faixa etária, a maior população é de pessoas com mais de 65 anos, seguida das pessoas entre 7 e 15 anos e, em terceiro, pessoas entre 25 e 34 anos.

Diante disso, de modo a analisarmos os estabelecimentos de comércio de alimentos no município, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para isso, foram coletados e analisados os dados da Receita Federal, do mês de janeiro de 2025, referentes aos estabelecimentos com comércio de alimentos com localização atualizada.

Considerando os estudos dos Desertos e Pântanos alimentares realizados por Caisan (2018) e em outras pesquisas no Brasil (Araújo, 2023; Deggerone, 2023; Almeida, 2024) e, compreendendo as especificidades dos estabelecimentos no município de São Borja, optou-se, para esse momento, por analisar o grupo que está mais diretamente ligado ao comércio de itens alimentícios que compõem a cesta básica segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017–2018).

Nesse sentido, analisa-se a distribuição espacial dos: 1) minimercados, mercearias e armazéns; 2) supermercados e 3) padarias, considerando que são nesses estabelecimentos que a população majoritariamente realiza suas compras mensais. Diante disso, no município de São Borja, conforme dados declarados à Receita Federal do mês de janeiro de 2025, havia 340 estabelecimentos com atividade comercial ligada ao comércio de produtos alimentícios. Ao adicionar o filtro, apenas do CNAE principal “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios”, tivemos: 24 minimercados, mercearias e armazéns, 17 padarias e confeitarias, 10 supermercados; e 1 hipermercado (Figura 2).

**Figura 2** - Distribuição espacial do comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios na cidade São Borja-RS



Fonte: IBGE (2022)

Organização: Edwiges Campos (2026)

A partir do mapa, pode-se verificar que, dos dez supermercados, 6 encontram-se no bairro Centro. Os demais estão presentes nos bairros Pirahy (1), Itachere (1), Várzea (1) e outro na Av. Presidente, ao sul da cidade, não se localizando em nenhum bairro específico, trata-se de um mercado no estilo de “atacarejo”. As padarias são bem distribuídas, os bairros Várzea (6), Centro (5), Passo (6) são os que possuem o maior número de estabelecimentos deste tipo. Os minimercados, mercearias e armazéns, por sua vez, são os com maior ocorrência e melhor distribuição entre os bairros. Conforme os dados, os bairros Bettim e Itachere não tinham nenhum registro desse tipo de estabelecimento.

Diante disso, os supermercados, por oferecerem promoções e maior variedade de itens tradicionais da dieta, como arroz, feijão, macarrão, legumes, verduras, raízes e frutas e carnes, atendem às necessidades das refeições diárias e mensais da população. E assim, ao se tornarem opções de confiança, mobilizam esforços e estratégias dos moradores para a chegada até o local.

Os minimercados, mercearias e armazéns, que localmente são chamados de “bolicho”, tornam-se opções mais acessíveis durante os dias e opções complementares às compras realizadas no mês. Tanto por estarem mais próximas às residências, quanto pela confiança e, em alguns casos, pela possibilidade de crédito, com as cadernetas que possibilitam o pagamento no próximo mês. As padarias, atualmente, apresentam uma variedade de itens, que incluem os da cesta básica, além dos direcionados aos cafés e lanches e, em alguns casos, podem funcionar da mesma maneira que os minimercados, quando localizadas nas periferias, mas as mais centrais direcionam-se mais aos lanches e aos pães, com pouca oferta de itens básicos.

Nesse sentido, podemos considerar que a relação entre o centro e a periferia se mostra desigual ao se analisarem os elementos básicos de acesso à alimentação saudável. A falta de estabelecimentos com diversidade e oferta de alimentos *in natura*, na região periférica, nesse primeiro momento, se aproxima das conceituações dos desertos alimentares. Por sua vez, a ocorrência dos bolichos na periferia, ao mesmo tempo que pode atuar na garantia do abastecimento domiciliar,

precisa ser analisada mais a fundo quanto às características dos produtos comercializados.

É importante pontuar que as feiras são restritas em relação aos dias e à localização, não oferecendo diariamente/permanentemente os alimentos *in natura*. Nesse sentido, os produtores que comercializam seus produtos nas esquinas e praças da cidade exercem esse papel e merecem um estudo específico.

Por fim, ao tratar de alimentação saudável, não se está trilhando os caminhos das dietas milagrosas ou qualquer imposição de dieta, pois compreende-se ser necessário entender que o crescente aumento da oferta e do consumo de alimentos ultraprocessados oferece grande risco à saúde, não somente em quadros de hipertensão e diabetes, mas também de depressão e alguns tipos de câncer (NUPENS, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, é possível considerar que a desigualdade no acesso aos estabelecimentos impacta diretamente a alimentação adequada e saudável da população, uma vez que dificulta que o primeiro passo da recomendação do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014, p. 126) de preferir alimentos *in natura* ou minimamente processados seja a “base ideal para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável”.

Nesse sentido, pode estar ocorrendo no município uma dificuldade de acesso físico (localização e variedade) e econômico, dado o perfil de renda. Assim, conseguir comprar alimentos saudáveis se torna um desafio, seja por estar na linha da pobreza (atualmente 7.096 habitantes no município) e, considerando que, conforme a Receita Estadual, a cesta básica está em torno de 276,60 reais na Fronteira Oeste, a capacidade de compra de alimentos necessários a uma dieta adequada e saudável se torna um duplo desafio.

Diante disso, a fome, como uma das expressões mais cruéis dos mecanismos de poder do capital, que opera tanto na sua utilização como arma de guerra quanto na utilização das corporações multinacionais, é um resultado que se revela tanto de

modo aberto quanto ocultamente. Ambas sustentadas pela lógica da apropriação e exploração da natureza (os seres humanos como parte desta).

Nesse sentido, a renda, o sexo, as condições de moradia, o acesso a serviços e comércios estão diretamente relacionados ao direito à alimentação adequada e saudável. A distribuição concentrada de estabelecimentos com maior oferta de alimentos *in natura* manifesta a lógica do Regime Alimentar Corporativo a partir de Ambientes Alimentares promotores de uma alimentação que coloca em risco a saúde e o meio ambiente.

São Borja possui uma extensa área dedicada à produção agropecuária, mas serve aos interesses da burguesia e das corporações internacionais. O bioma pampa está sendo devastado pelas monoculturas, os cultivos de alimentos de verdade têm cada dia menos espaço. A resistência dos trabalhadores e produtores rurais, em especial a dos assentados, precisa ser fortalecida, pois revela o caminho a ser seguido na construção da justiça e da soberania alimentar.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Melissa de Oliveira. **Sistema alimentar, ambiente alimentar e desfechos para a segurança alimentar e nutricional**: um modelo conceitual para o Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Saúde e Nutrição) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

AZEVEDO, Elaine. Alimentação saudável: uma construção histórica. **Revista Simbiótica**, v. 7, p. 83-111, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **CadÚnico**: dados do município de São Borja. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Estudo técnico**: mapeando desertos alimentares no Brasil. Brasília, DF: CAISAN, 2018.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Paulo (org.). **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

CARÚS, Juliana Pires. **Usos e abusos do conceito de ambiente alimentar: contribuições para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição**, a partir do pensamento de Josué de Castro e de Milton Santos. 2023. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (org.). **Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994)**. Tradução de Elisabeth Zorgetz et al. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2025.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

DEGGERONE, Zenicléia Angelita; WIEDERKEHR, Fabiane; BOMBARDELLI, Cibele Lúcia. Características do acesso aos alimentos em Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. **Confins**, n. 59, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/52555>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816 p.

ELIAS, Denise. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 1-35, jun. 2021b. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103>. Acesso em: maio 2025.

FONTANA, Cleder. **Fome e questão ambiental: uma leitura a partir da obra de Josué de Castro**. 2014. 212 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2014.

FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 83-94, jan./abr. 2015.

GAMALHO, Nola Patrícia. A produção de periferias urbanas em uma cidade do agronegócio e fronteira: o bairro do Passo – São Borja (RS). **Confins**, n. 64, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/59393>. Acesso em: 16 nov. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**: São Borja. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

NUPENS. Cátedra Josué de Castro. **Diálogo sobre ultraprocessados**: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. São Paulo: NUPENS/USP, 2021.

PAINEL do agronegócio do Rio Grande do Sul: 2025. Sérgio Leusin Júnior *et al.* Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2025.

RAMALHO, Andrea. **Fome oculta e doenças crônicas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

### **Edwiges Pereira Campos**

Sou uma mulher cisgênero, branca e da classe trabalhadora. Iniciei minha trajetória na pesquisa científica no Instituto Federal Farroupilha — campus São Borja, em 2015. Sou formada pela Universidade Federal do Pampa — campus São Borja, no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas (2023), onde desenvolvi projetos e pesquisas relacionadas à educação pública, ensino, desigualdades sociais, antirracismo e alimentação. Atualmente estou realizando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria e sou membra do Núcleo de Geografia, Agricultura e Alimentação (NUGAAL). E estou como bolsista na categoria de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### **Cleder Fontana**

Sou Licenciado em Geografia (2005), Licenciado em Filosofia (2007) e Especialista em Geografia (2007) na UFPel; Mestre em Geografia (2009) na FURG e Doutor em Geografia (2014) na UFRGS. Atualmente, sou docente da área de geografia humana na UFSM, onde atuo nos cursos de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UFSM) e no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). Atuo na área da geografia, com ênfase na geografia humana, sobretudo, no tema da fome e da alimentação.

Sou integrante do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação (NUGAAL/UFSM).